Cooperação Portuguesa

Organização e Estrutura da Cooperação Portuguesa

O IPAD (criado pelo DL nº 5/2003, de 13 de Janeiro) é o órgão central da Cooperação Portuguesa, tendo por missão:

- operacionalizar,
- supervisionar,
- dirigir e
- coordenar as políticas definidas pela tutela e as actividades de cooperação.

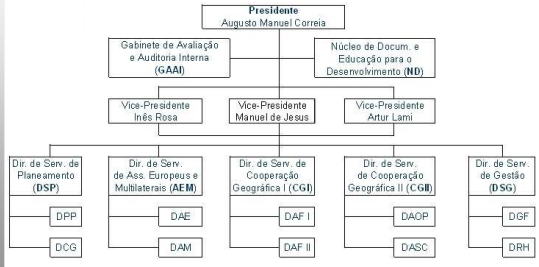
O sistema de cooperação é descentralizado/desconcentrado: os Ministérios, Universidades, Câmaras Municipais, ONG e outras entidades participam na prestação de ajuda externa.

O IPAD (Cont.)

Em suma, o IPAD combina as funções de:

- Planeamento e Programação
- Financiamento
- Acompanhamento da execução
- Avaliação *…dos programas/projectos de cooperação.*

Organograma do IPAD (Portaria 510/2007, de 30 de Abril)



O Documento de Estratégia

Em 2005, o Conselho de Ministros aprovou o documento de orientação estratégica: **"Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa"** (Resolução do Conselho de Ministros nº 196/2005, 22 de Dezembro).

O documento clarifica os objectivos/papel da cooperação portuguesa, define as áreas prioritárias da sua intervenção, e os mecanismos ao dispor para a prossecução desses objectivos.

Introduz importantes inovações para a Cooperação Portuguesa à luz do actual contexto internacional em matéria de cooperação.

Orientações para o papel da Cooperação Portuguesa

Empenho na prossecução dos ODM.

Reforço da segurança humana, em particular em "Estados Frágeis".

Apoio à lusofonia (enquanto instrumento de escolaridade e formação).

Apoio ao desenvolvimento económico sustentável.

Envolvimento mais activo nos debates internacionais.

Prioridades Sectoriais

Tirando partido das vantagens comparativas - língua, cultura, e quadros institucionais e legais comuns - com os países parceiros, as prioridades sectoriais são:

- Boa Governação, Participação e Democracia
- Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza
- Educação
- Saúde
- Desenvolvimento rural
- Ambiente
- Crescimento Económico Sustentável (através da apropriação e capacitação dos parceiros).

Cooperação Bilateral

Programas Indicativos de Cooperação (PIC) Plurianuais

Análise conjunta da estratégia de desenvolvimento nacional
- Relações externas
- Diagnóstico
- Matriz de doadores

Definição de uma Estratégia
- **Programa de Acção**
- Eixos de concentração (**Prioridades Temáticas**)
- Projectos/acções de cooperação

Cooperação Multilateral

Níveis de Intervenção:

- **UE**
- **Nações Unidas**
- **OCDE/CAD**
- **CPLP**
- **Ibero Americana**

Os Actores da Cooperação Portuguesa

IPAD – (DL 5/2003) – coordenação, supervisão e direcção da política de cooperação portuguesa. Gere a APD portuguesa.

Ministérios sectoriais e outros organismos centrais do Estado.

Câmaras municipais

Fundações e outras organizações da sociedade civil

ONGD

Apresentação do Departamento de Apoio à Sociedade Civil

Departamento de Apoio à Sociedade Civil

1. As Nossas Funções
2. Metodologia de Trabalho
3. Apoios Concedidos

Departamento de Apoio à Sociedade Civil
As Nossas Funções

A. Conceder apoios financeiros a Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) nas áreas de Educação para o Desenvolvimento, Cooperação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária;

B. Analisar os pedidos e atribuir o estatuto de ONGD;

C. Desenvolver mecanismos de financiamento e monitorização de projectos de ONGD;

D. Assegurar a coordenação com a Cooperação Institucional.

Departamento de Apoio à Sociedade Civil

1. As Nossas Funções
2. Metodologia de Trabalho
3. Apoios Concedidos

Departamento de Apoio à Sociedade Civil
Metodologia de Trabalho – Coop. para o Desenvolvimento

A. Enquadramento da linha:

I. Critérios de Elegibilidade;

II. Normas para a Execução do Processo de Co-financiamento;

III. Directrizes para Apresentação de Proposta de Programa/Projectos de Cooperação;

IV. Grelha de Avaliação;

V. Relatório de Execução e Contas;

VI. Processo de Decisão.

Departamento de Apoio à Sociedade Civil
Metodologia de Trabalho – Coop. para o Desenvolvimento

I. Critérios de Elegibilidade:
   i. Organizações:
      a. Registadas como ONGD;
      b. Três anos de experiência na implementação de projectos de desenvolvimento.
   ii. Projectos:
      a. Projectos de Desenvolvimento;
      b. Parcerias com Organizações locais;
      c. Estar de acordo com as prioridades da Cooperação Portuguesa e com as políticas do país beneficiário;
      d. Países Prioritários: PALOP e Timor-Leste;
      e. Prioridades Sectoriais: Educação, Saúde, Desenvolvimento Rural, Boa Governação;
      f. ONGD deve assegurar 25% do co-financiamento;

II. Normas para a Execução do Processo de Co-financiamento:
   i. Definem:
      a. Documento orientador para elaboração das candidaturas;
      b. Local de entrega;
      c. Calendário (Prazo limite para a apresentação de propostas, contrato);
      d. Processo de apreciação e de tomada de decisão relativas aos projectos;
      e. Contrato;
      f. Execução dos projectos;
      g. Alterações ao projecto;
      h. Acompanhamento e avaliação;
      i. Devolução de quantias recebidas e cessação dos pagamentos.

Departamento de Apoio à Sociedade Civil
Metodologia de Trabalho – Coop. para o Desenvolvimento

III. Directrizes para apresentação de projectos:
   i. Sumário do Projecto
   ii. Apresentação do projecto
      a. Contexto (e.g. Política do Sector, Características do Sector, Problemas a resolver, Outras Intervenções, Zona de Intervenção);
      b. Descrição do projecto (e.g. Objectivo Global; Objectivo Específico, Temas Abordados, Resultados; Actividades; Grupo-alvo; Responsabilidades dos Parceiros);
      c. Meios para a Execução da Intervenção (e.g. Recursos Humanos, Recursos Materiais);
      d. Cronograma;
      e. Factores Externos;
      f. Viabilidade e Sustentabilidade
      g. Monitorização e avaliação (Indicadores e meios de verificação, avaliação);
      h. Quadro Lógico;
      i. Orçamento.

Departamento de Apoio à Sociedade Civil
Metodologia de Trabalho – Coop. para o Desenvolvimento

IV. Grelha de Avaliação

Tópico	Questões	Peso
Relevância	1. A proposta é pertinente em relação às necessidades e constrangimentos específicos do(s) País(es) ou região(ões)-alvo(s)? 2. A proposta é pertinente em relação aos problemas e necessidades identificadas? 3. Os intervenientes (parceiros, beneficiários finais, grupos-alvo - género, faixa etária, rendimento, situação de trabalho, etc) estão claramente identificados e a sua escolha é pertinente do ponto de vista estratégico? 4. A proposta é pertinente no que diz respeito aos objectivos e a uma ou mais das prioridades do Convite à Apresentação de Propostas? 5. A proposta contém algum valor acrescentado específico em relação a outras intervenções?	25 %
Durabilidade/Sustentabilidade	1. O projecto foi elaborado tendo em conta a visão, medidas e metodologias que promovam a participação activa e a responsabilização de todos os intervenientes na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do projecto? 2. Os resultados esperados da acção serão tangíveis e terão um impacto duradouro nos grupos-alvo? 3. Os resultados da acção são duráveis?	15%

Departamento de Apoio à Sociedade Civil
2.ii. Metodologia de Trabalho – Coop. para o Desenvolvimento

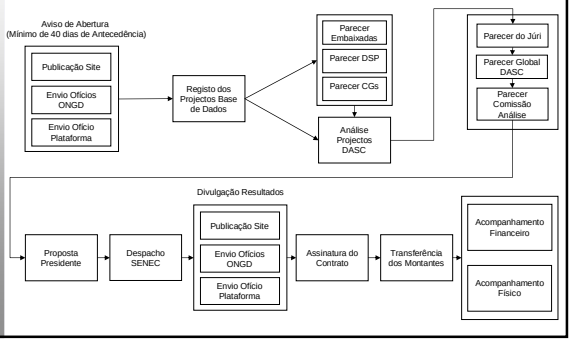
Tópico	Questões	Peso
Metodologia	1. As actividades propostas são apropriadas, práticas e coerentes com os objectivos e os resultados esperados? 2. A concepção da acção é globalmente coerente? 3. O nível de envolvimento e participação dos parceiros nas actividades é satisfatório? 4. O plano de acção é claro e exequível? 5. A proposta inclui indicadores objectivamente verificáveis?	25%
Eficiência	1. A relação entre os custos estimados e os resultados esperados é satisfatória? 2. As despesas propostas são necessárias para a realização da acção?	15%
Capacidade Financeira e Operacional	1. A entidade candidata e os seus parceiros têm experiência suficiente em gestão de projectos? 2. A entidade candidata e os seus parceiros têm suficiente experiência técnica? 3. A entidade candidata e os seus parceiros têm capacidade de gestão adequada? 4. A entidade candidata dispõe de fontes estáveis e suficientes de financiamento?	20%

V. Relatório de Execução e Contas

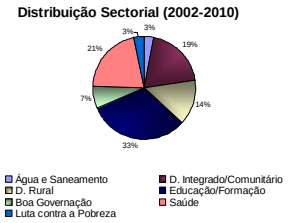
i. Relatório de Execução do Projecto
   a. Nota Introdutória;
   b. Actividades previstas Vs realizadas;
   c. Resultados previstos vs realizados;
   d. Seguimento dos indicadores;
   e. Conclusões e Recomendações;
   f. Anexos (documentação relevante, fotografias, declarações, etc.);

ii. Relatório Financeiro
   a. Organização e Apresentação dos Pedidos de Pagamento;
   b. Critérios de Elegibilidade dos Comprovativos de Despesa.

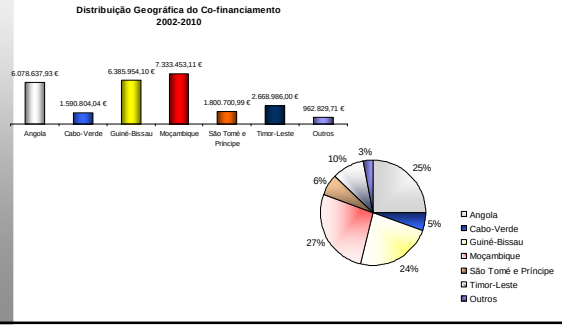
VI. Processo de Decisão

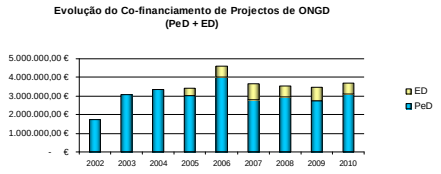


A nível sectorial, verifica-se uma predominância dos projectos implementados nos sectores da Educação/Formação e Saúde, representado 54% do total.



Angola, Guiné-Bissau e Moçambique são países que têm merecido mais apoios, representando 75% do total.



Departamento de Apoio à Sociedade Civil
Apoios Concedidos – Apoios Globais

Desde a entrada em vigor das regras e critérios de co-financiamento de projectos de ONGD, em 2002, já foram submetidos, em todas as linhas de financiamento, 1180 projectos, tendo sido aprovados 435, num montante total de 30.553,288 €.